

BUA

BOLETIM CULTURAL



2005



Índice

Notas de Apresentação:

1. Prof. Doutor Aurélio de Oliveira – Coordenador (deste Boletim Cultural de Vila Verde) 7
2. Eng.º José Manuel Fernandes – Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde 13
3. Dr. António Vilela – Vereador do Pelouro da Cultura e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Vila Verde 15

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E PRIMITIVA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CONCELHO DE VILA VERDE 17

Prof. Doutora Manuela Martins

VILA VERDE. AS TERRAS E AS GENTES: 1500-1850 27

Prof. Doutor Aurélio de Oliveira

O TERRITÓRIO DE VILA VERDE, NA IDADE MÉDIA 49

Prof. Doutor José Marques

150 ANOS DO CONCELHO DE VILA VERDE 73

Prof. Doutor José Viriato Capela

A CRIAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONCELHO DE VILA VERDE 75

Arqt.º Hélder Diegues Cerqueira de Souza

CASAS NOBRES NO CONCELHO DE VILA VERDE 101

Mestre Luís Pimenta de Castro Damásio e Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva

O “ESTALEIRO” BENEDITINO DE RENDUFE E O BARROCO VILAVERDENSE 115

Prof. Doutor Aurélio de Oliveira

HAVERÁ COISAS ETERNAS? VILA VERDE, OS LENÇOS DE NAMORADOS, A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO 141

Prof. Jean-Yves Durand

DEU-NOS A MÚSICA ALGUM CON(C)(S)ELHO NOVO? 151

Mestre José Hermínio da Costa Machado

VILA VERDE: RECURSOS NATURAIS E EVOLUÇÃO DAS PAISAGENS 185

Prof. Doutora Nicole Devy-Vareta

MANUEL LOBO DE MESQUITA GAVIÃO 203

Prof. Doutor José Viriato Capela

REZAR E CANTAR PELOS MORTOS E PELOS VIVOS: AS CONFRARIAS DAS ALMAS DO PICO DE REGALADOS NO SÉCULO XVIII 233

Prof. Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

A IGREJA MATRIZ DE SOUTELO, VILA VERDE 257

Eduardo Pires de Oliveira

Património arqueológico e primitiva ocupação do território do concelho de Vila Verde

Manuela Martins
Universidade do Minho

1. Breve historiografia da investigação

No território hoje ocupado pelo concelho de Vila Verde são conhecidos abundantes e diversificados vestígios arqueológicos que testemunham as primeiras etapas da sua ocupação, datáveis da Pré-História Antiga e Recente, da Proto-História e da época romana.

Esses vestígios começaram a ser identificados e referenciados no século XVIII, sendo as notícias mais antigas referidas nas Memórias Paroquiais de 1758. Trata-se, contudo, de informações muito sumárias e genéricas relativas a sítios e monumentos, sendo de destacar, ainda, a escassez das mesmas no que concerne ao território de Vila Verde. Basicamente podemos encontrar, nas citadas Memórias, breves referências a torres, fortes e castelos, na sua maioria designados por castelos de Mouros, os quais correspondem, invariavelmente, a sítios hoje identificados como castros.

Alguns dos castros mais importantes do concelho de Vila Verde são referidos, também, em obras eruditas do século XIX, designadamente, na “Corografia Portuguesa e topográfica do Reyno de Portugal” (Costa 1868-1869), na obra “Portugal Antigo e Moderno” (Leal 1874) e no “Minho Pitoresco”, (Vieira 1886-1887). Muitas das referências sumárias relativas aos povoados castrejos presentes naquelas obras foram repetidas nos inícios do século XX em publicações de cariz etnográfico e arqueológico, entre as quais destacamos as “Religiões da Lusitânia” (Vasconcelos 1897; 1905; 1913).

Se os vestígios do passado mais remoto não escaparam à atenção dos párocos e dos eruditos dos séculos XVIII e XIX seria, contudo, necessário esperar pelas primeiras décadas do século seguinte para vermos emergir um interesse mais destacado pelo património arqueológico de Vila Verde, mais concretamente sobre os castros, sítios que ocuparam os interesses de homens como Albano Belino, ou João Fontes, ao último dos quais devemos o primeiro trabalho sobre a estação de S. Julião, nas proximidades de Caldelas, publicado 1916. A referida estação não é outra senão o povoado de S. Julião, pertencente a várias freguesias do concelho de Vila Verde, mas durante muito tempo designado e conhecido por S. Julião de Caldelas. Para reforçar tal designação contribuiu o empenho do Padre João de Freitas, pároco de Caldelas, que realizou as primeiras escavações naquele importante povoado, durante a década de 30 do século XX, cujos resultados se conservaram inéditos até 1971, altura em que foram publicados, a título póstumo. Muitos dos materiais recolhidos por João de Freitas naquelas escavações, realizadas sem qualquer metodologia científica, como era, aliás, habitual na época, foram integrados na coleção do Museu Pio XII de Braga, onde acabariam por ser misturados com outros

provenientes do próprio sítio de Caldelas, em Amares, onde João de Freitas realizou escavações de uma necrópole romana e fez várias recolhas de objectos romanos, erradamente atribuídos ao povoado de S. Julião.

Se é um facto que as escavações do castro de S. Julião inauguraram a arqueologia no território do actual concelho de Vila Verde, elas não suscitaram, todavia, continuidade de trabalhos por parte de outros arqueólogos, senão a partir dos inícios da década de 80, quando eu própria iniciei escavações naquele importante povoado (Martins 1988), no âmbito das investigações sobre o povoamento proto-histórico e romano do Vale do Cávado, concluído em 1987 (Martins 1990). Foi, igualmente, no mesmo âmbito que se realizaram as primeiras escavações no povoado do Barbudo, entre 1983 e 1985 (Martins 1989).

A par destas escavações foram inventariados todos os castros e vestígios romanos conhecidos no concelho, tendo por base as referências documentais e trabalhos de prospecção sistemática, realizados nos anos 80 (Regalo 1986).

A importância dos resultados obtidos nas escavações de S. Julião, onde foram documentados vestígios de um povoado do Bronze Final (Martins 1985), que precedeu o da Idade do Ferro, justificou a continuação das escavações entre 1989 e 1996, retomadas por Ana Bettencourt (2000a), no âmbito do seu projecto de investigação sobre o povoamento da Pré-História Recente do vale do Cávado (Bettencourt 1999). Aquela investigadora realizou, também, um levantamento detalhado de sítios e materiais da Idade do Bronze (Bettencourt 2000b) tendo, igualmente, inventariado os monumentos megalíticos do concelho (Bettencourt 1999).

Foi ainda na década de 90 do século passado que foi desenvolvido pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho um Projecto de investigação financiado pela ex-JNICT que procurou estudar a Ecologia e o povoamento da região do vale do Cávado, tendo em vista caracterizar as primitivas formas de paisagem contemporâneas da ocupação humana. Foram então feitos estudos palinológicos e edafológicos na Serra do Bustelo, ao mesmo tempo que se realizavam estudos antracológicos e paleocarpológicos de S. Julião e outros locais do Vale do Cávado, cujos resultados foram publicados por vários investigadores.

Em jeito de síntese, e para finalizar este breve historial das investigações relativas às primitivas formas de ocupação do território do actual concelho de Vila Verde, podemos afirmar que, apesar das mesmas não terem passado despercebidas aos eruditos e curiosos dos séculos XVIII, XIX e primeira metade do século XX, seria necessário aguardar pelos anos 80 do século XX para que efectivamente se iniciassem estudos arqueológicos sistemáticos na região, tendo por base prospecções, escavações e estudos paleoambientais, todos eles realizados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Na verdade, muito embora a identificação dos sítios e monumentos mais significativos constitua o resultado do trabalho de muitos investigadores e amadores de Arqueologia e História, ao longo dos

últimos cento e cinquenta anos, foram as prospecções e inventários realizados posteriormente a 1980 que permitiram referenciar numerosas estações, em particular para os períodos da Pré-História Recente, Romanização e Idade Média, os mais ignorados até então. Para além destes trabalhos de prospecção, que permitiram cartografar numerosos sítios arqueológicos, cabe destacar as escavações e estudos que foram realizados no âmbito de projectos de investigação, que permitiram uma interpretação mais consistente do povoamento do actual concelho de Vila Verde, com destaque, naturalmente para a ocupação dos povoados fortificados.

É com base nos resultados das investigações referidas que tentaremos apresentar as expressões melhor conhecidas do povoamento antigo do território de Vila Verde, ainda que conscientes de que aquilo que se sabe representa uma pálida imagem do muito que ainda há por investigar.

2. Povoamento pré-histórico

2.1. Monumentos megalíticos

As mais antigas expressões da ocupação humana do território de Vila Verde estão representadas por monumentos megalíticos que se conservam em várias áreas do concelho. Segundo o último levantamento, efectuado em finais dos anos 90 do século XX, estão referenciadas 54 mamoas, distribuídas por quase todas as freguesias do concelho (Bettencourt 1999). No entanto, convém sublinhar que muitos monumentos megalíticos, implantados em chãs montanhosas de média altitude, têm vindo a ser destruídos pela florestação recente, enquanto que outros, construídos em vertentes, ou mesmo nos vales, foram sacrificados pelos trabalhos agrícolas e pela ocupação intensiva dos mesmos, pelo que a meia centena de monumentos identificados constitui, certamente, uma amostra modesta da ocupação pré-histórica do território.

Os monumentos megalíticos representados no concelho encontram-se, ou isolados, ou em agrupamentos de duas ou três mamoas, ou ainda agrupados em necrópoles, implantadas em chãs montanhosas. No concelho de Vila Verde merece destaque a concentração destes monumentos na chã montanhosa da Serra do Bustelo, repartida por várias freguesias, na qual se inserem 36 dos 54 monumentos identificados na totalidade do território de Vila Verde.

Muito embora possam ter sido erguidos entre o V e o II milénios a.C., a cronologia destes monumentos na região em análise é ainda bastante incerta, pois são raros os monumentos escavados, desconhecendo-se, ainda, quais os povoados que albergariam as populações que os edificaram. Eles constituem, todavia, os mais antigos testemunhos da presença de comunidades agro-pastoris neste território, sendo hoje generalizadamente admitido o seu significado polissémico.

De facto, sendo seguro que representavam expressões de arquitectura funerária, estes monumentos erguiam-se em locais que podiam eventualmente definir a periferia dos territórios das comunidades, certamente, ainda, parcialmente itinerantes, pois a exploração agrícola dos solos seria rudimentar, conduzindo a um rápido esgotamento dos seus nutrientes. Deste modo, as comunidades

teriam necessidade de se deslocar num espaço mais ou menos alargado, acabando por retornar aos locais anteriormente ocupados e trabalhados. Esta itinerância poderá explicar a ausência de vestígios de povoados associados a estes monumentos, pois o investimento feito nas construções habitacionais deveria ser reduzido, sendo provável a utilização de cabanas feitas de materiais perecíveis, cujos vestígios arqueológicos, para além de difíceis de detectar, podem ter desaparecido por efeito da erosão. Estes monumentos representam, por isso, importantes marcas de territorialidade das comunidades que, a pouco e pouco, se foram ligando a territórios específicos, dos quais se apropriaram através das sepulturas dos seus antepassados.

O único monumento megalítico escavado no concelho de Vila Verde é a mamoa 10 de Chão da Cheira, integrada na necrópole da Serra do Bustelo. A sua escavação permitiu documentar a estrutura do monumento, constituída por um cairn de pedras e terra, encerrando um túmulo, cujos esteios se encontravam muito arrasados. A violação do monumento em época indeterminada apenas permitiu documentar algum escasso espólio associado, com destaque para um pequeno fragmento de cerâmica e alguns utensílios líticos. A data de radiocarbono disponível, obtida a partir de carvões pertencentes a um solo sobre o qual assentava o monumento, permite situar a sua construção nos finais do V milénio / inícios do IV milénio a.C., o que documenta a sua antiguidade, também confirmada pelos materiais encontrados (Bettencourt 1991-92).

2.2. Entre a Pré-História Recente e a Proto-História

Avançando no tempo haverá que referir outras expressões da ocupação do território. Embora sejam reduzidas as evidências de povoados ocupados anteriormente ao I milénio a.C., sabemos que as populações que habitaram a região entre os III e II milénios a.C. se instalaram em cabeços, colinas e esporões, locais onde mais tarde foram erguidos alguns dos povoados fortificados conhecidos na região. No entanto, a ocupação mais antiga destes povoados, em geral bastante destruída pelas reocupações posteriores, só é identificável através de escavações, como demonstra o caso do povoado de S. Julião, onde os trabalhos arqueológicos permitiram referenciar materiais que podem ser atribuídos aos III / II milénios a.C. (Bettencourt 2000a).

Também os conhecimentos relativos à ocupação da Idade do Bronze, ou seja, ao II milénio antes da nossa era, só muito lentamente vêm sendo ampliados. Na verdade, sabemos por investigações recentes que a ocupação da Idade do Bronze conheceu expressões de povoamento diferenciadas, quer no alto de cabeços, quer em zonas de vale. No concelho de Vila Verde estão referenciados alguns locais onde se encontraram cerâmicas da Idade do Bronze, em zonas baixas, como acontece no Lugar da Igreja, em Sabariz, em local de vertente, com cota média de 60 m. Também na Quinta do Paço, na freguesia de Ponte de S. Vicente, situada à cota de 100/105 m, foram encontradas cerâmicas de tradição calcolítica, misturadas com outras claramente romanas (Bettencourt 2000b).

Testemunhos inequívocos da ocupação do território durante a Idade do Bronze são os dois

machados de bronze conhecidos, sendo um de alvado e outro de talão sem anéis, este último encontrado nos barreiros, da Veiga de Cabanelas, no sítio de Retortas, na freguesia de Prado, datável da 2ª metade do IIº milénio a.C. (Bettencourt 1999).

Para além daqueles achados, que representam apenas a ponta do iceberg de um testemunho de ocupação que precede a emergência dos castros, a reclamar estudos mais aprofundados, os vestígios mais expressivos de ocupação da Idade do Bronze do concelho de Vila Verde estão documentados no povoado de S. Julião e no castro do Barbudo.

As múltiplas escavações realizadas no povoado de S. Julião, entre 1981 e 1985, (Martins 1985; 1986; 1988) e, posteriormente, na década de 90 (Bettencourt 2000a), permitiram identificar uma significativa e importante ocupação da Idade do Bronze.

De facto, S. Julião não só corresponde ao povoado escavado com a ocupação mais antiga da Idade do Bronze até hoje documentada num castro do NO peninsular, como também é aquele cuja investigação disponibilizou um significativo conjunto de evidências relativas à organização espacial deste tipo de povoados, dispondo por um vasto conjunto de datações radiométricas (Bettencourt 2000a). Por outro lado, as escavações desenvolvidas permitiram obter registos bem conservados das cabanas que integravam o povoado, que se localizava na parte mais alta do monte. A sequência estratigráfica do povoado documenta a sobreposição de vários solos de cabanas que foram sendo sucessivamente construídas umas sobre as outras. As escavações revelaram, também, evidências de várias fases de fortificação do povoado do Bronze Final que antecedeu a ocupação da Idade do Ferro.

As escavações realizadas no castro do Barbudo permitiram documentar, igualmente, que este povoado foi ocupado no Bronze Final, nos inícios do I milénio a.C. Muito embora a totalidade da área ocupada naquele período não tenha sido identificada, pois as escavações assumiram o carácter de sondagens, foram documentadas cerâmicas semelhantes às de S. Julião e vestígios de uma estrutura de madeira carbonizada, que documentam a existência de construções com materiais perecíveis (Martins 1989; 1990).

Os trabalhos arqueológicos realizados nos povoados de S. Julião e do Barbudo permitiram documentar a prática da metalurgia e a presença de objectos exóticos (estes últimos evidentes sobretudo em S. Julião), facto que permite integrar os povoados referidos e a região em causa nos circuitos de intercâmbio à distância que caracterizaram genericamente este período da ocupação do território, o qual parece definir um momento importante no processo de sedentarização e territorialização das comunidades da Idade do Bronze Final (Martins 1995).

3. A ocupação proto-histórica

Alguns dos locais ocupados no Bronze Final persistiram na Idade do Ferro dando origem aos conhecidos castros ou citânias, como aconteceu no caso de S. Julião e do Barbudo. No entanto, estão referenciados no concelho de Vila Verde outros povoados fortificados, alguns dos quais já conhecidos

desde o século XVIII., mas que não foram objecto de qualquer escavação (Martins 1990).

Por isso, as expressões mais características da ocupação da Idade do Ferro no concelho de Vila Verde estão representadas no povoado de S. Julião, onde foram escavadas duas extensas plataformas da vertente sul, nas quais se encontram as típicas casas redondas com vestíbulos e pátios lajeados, sendo de destacar que algumas delas foram transformadas em casas amplas, ocupadas posteriormente à mudança da era, ou seja, em pleno momento da romanização do território (Martins 1988).

Para além do abundante material cerâmico característico da Idade do Ferro da região, presente, quer em S. Julião (Martins 1988; Bettencourt 2000a), quer no povoado do Barbudo (Martins 1989), conhecem-se, também, artefactos feitos em bronze e em ferro, sendo de destacar, neste último material, as falcatas que constituem importante testemunho da metalurgia do ferro.

Testemunho da importância do povoado de S. Julião no contexto da ocupação proto-histórica da região é a estátua de guerreiro galaico, encontrada nos entulhos das terras de escavação realizadas nos anos 30 do século XX pelo Padre João de Freitas, cuja remoção permitiu a identificação deste magnífico exemplar de escultura de tradição indígena, mas executado já nos alvares da romanização, documentando, talvez, o processo de afirmação das elites dos castros perante a administração romana. A inscrição lavrada no escudo refere o nome do guerreiro, ou chefe, Malceino, filho de Dovilo. A iconografia deste exemplar é sem dúvida uma das mais ricas entre os exemplares de guerreiros conhecidos no Norte de Portugal, registando as clássicas túnica e saio, profusamente ornamentados, bem como as armas características dos personagens representados nesta estatuária (Martins e Silva 1984).

Estão referenciados cerca de 10 castros no território abrangido pelo concelho de Vila Verde. No entanto, nem todos eles oferecem o mesmo tipo de implantação dos já referidos povoados de S. Julião e Barbudo, cujo posicionamento testemunha a sua importância em termos de controlo da região (Martins 1990).

Na verdade, é possível admitir que os diferentes povoados da Idade do Ferro, ocupando cabeços ou remates de esporões, com diferentes altitudes, definam uma hierarquia na ordenação do povoamento da Idade do Ferro, eventualmente associada a uma estrutura funcional diferenciada, que poderá traduzir diferentes níveis de importância socio-económica dos mesmos em termos regionais (Martins 1990; 1995).

Os povoados de S. Julião e Barbudo encontrar-se-iam, sem dúvida, entre os mais importantes, atendendo à sua posição de destaque na paisagem e aos amplos territórios que parecem controlar. Outros povoados importantes deveriam ser o castro de Penedos da Portela, na Portela das Cabras, situado num monte com 453 m de altitude e o Castro de Santos Ilus, ou Santo Isidoro, na freguesia de Escariz, que conserva ainda hoje evidências de três linhas de muralhas, situando-se a uma altitude de 235 m.

Outros povoados ocupam colinas com altitudes médias, estando mais próximos dos vales.

Esse é o caso do castro de Castelhão, na freguesia do Barbudo, com fossos e restos de fortificações, com cota de 200 m, do povoado do Lugar do Reduto, na freguesia de Dossãos, com restos de fortificações, implantado a uma cota de 250m, o qual é conhecido desde o séc. XIX (Vieira 1886-87), do Castro de Santa Engrácia, em Geme, muito destruído, com cota de 217 m, do castro de Sta Helena, em Turiz, parcialmente destruído por uma pedreira, mas conservando, ainda, restos de taludes defensivos, com cota de 170 m.

Existem ainda povoados de baixa altitude, ocupando cabeços em pleno vale que julgamos associados à intensificação da agricultura de vale, tipificados pelo povoado de S. Sebastião, na freguesia de Atiães, com cota de 100 m, pelo povoado do Lugar de Gaião, em Cabanelas, com cota entre 60/70 m, e pelo povoado de Outeirinho, em Vila Verde, com cota de 74 m.

4. A Romanização

Muitos dos castros referidos foram romanizados, ou seja, continuaram a ser ocupados posteriormente ao domínio romano da região, que se exerceu sob o controlo da cidade de *Bracara Augusta*, fundada na época de Augusto, provavelmente em torno do ano 16 a.C., para desempenhar o papel de capital de convento jurídico, uma das divisões administrativas das províncias romanas em que foi dividida a Hispânia.

Por isso, é necessário pensar o processo romanizador da região de Braga, na qual se integra o território de Vila Verde, em função do protagonismo desempenhado pela cidade de *Bracara Augusta*, a única fundada por Augusto no actual território português a norte do Douro. Para além das funções administrativas, religiosas e jurídicas da cidade ela foi também pólo de dinamização económica da região, difundindo produtos e novos hábitos de vida que lentamente se espalharam pela região, alterando os comportamentos das comunidades indígenas. Por outro lado, era a partir de *Bracara Augusta* que se fazia a conexão da região com outras cidades da Hispânia, através da rede viária (Martins 1990; 1996).

Atendendo ao conhecimento que possuímos sobre a romanização dos povoados indígenas parece aceitável considerar que apenas se terão conservado aqueles cuja localização era estratégica para a protecção dos vales e das zonas de passagem entre as diferentes bacias, que viriam a constituir, na sua maior parte, nos trajectos das principais vias que foram construídas a partir de Augusto.

Se os castros romanizados constituem uma sobrevivência de um modelo de povoamento indígena, durante o domínio romano, este viria, contudo, a alterar profundamente a fisionomia paisagística da região. De facto, a fundação *Bracara Augusta*, actuou como agente modelador de uma nova paisagem social e económica, cujas marcas se deixam adivinhar através de numerosos vestígios, designadamente, de (*villae*), unidades associadas a uma nova forma de exploração individual da terra e de povoados abertos, conhecidos pelo nome de *vici*, a maior parte dos quais localizados nos eixos das principais vias (Martins 1996).

São numerosos os vestígios atribuíveis à época romana detectados no território do concelho de Vila Verde, entre os quais se contam cerâmicas, moedas, vestígios arquitectónicos e inscrições funerárias, algumas das quais ostentando os nomes de prováveis possesores. No entanto, a localização de muitos dos sítios com testemunhos da presença romana, quase sempre em zonas de vale e meia encosta, torna muito difícil o seu reconhecimento e caracterização sem escavação.

O território de Vila Verde foi atravessado na sua parte ocidental por uma importante via romana, a via XIX do Itinerário de Antonino, que ligava *Bracara a Lucus Augusti*. O traçado da via está documentado por 4 miliários aparecidos em Prado e suas imediações, em Oleiros, donde procede um miliário de Valentiniano e em Marrancos onde foi encontrado um miliário de Tibério, na igreja paroquial de Arcozelo (Martins 1990).

A concentração de miliários em Prado, todos eles referindo a milha 4, a partir de *Bracara Augusta*, sendo um de Augusto, outro de Tibério, outro de Tito e Domiciano e outro de Adriano, documenta a importância deste local de passagem do rio Cávado, onde supomos ter existido um vicus, atendendo à concentração de vestígios romanos nas cercanias da actual povoação, designadamente, na Igreja Nova, com achados de ânforas e moedas, documentadas desde o século XIX e no Lugar do Barreiro, onde foram encontradas tégulas. À importância do local como sítio de passagem acresce a sua riqueza em argila, cuja exploração está documentada por análises que documentam ser esta uma das zonas que fornecia a matéria prima necessária à produção de grande parte da louça romana de fabrico local, presente em *Bracara Augusta*. Sabemos que alguma dela foi produzida na própria cidade, com argila oriunda de Cabanelas, mas é muito provável que nas imediações de Prado se situassem, também, oficinas de cerâmica de construção, a qual seria transportada para a cidade através da via XIX.

Dos treze locais com vestígios da época romana referenciados no concelho de Vila Verde cabe destacar quatro deles por terem fornecido tesouros monetários. Um desses tesouros, datado do Alto Império foi encontrado em Moure, outros dois, atribuídos ao Baixo Império, foram encontrados em Barroco, na Leira da Cachada, em Gondiaães e na encosta do monte do Barbudo. Um outro tesouro, de conteúdo indeterminado, composto por moedas de prata, foi encontrado em Portelinha, na Portela das Cabras.

Abundantes no território de Vila Verde são os achados de aras que testemunham novas formas de homenagear os deuses e os homens, sobretudo os que morriam.

De dois locais distintos são oriundas duas aras sem inscrição. Uma procede de Santiago de Francelos, em Prado e outra de Nevogilde, encontrando-se ambas no Museu Pio XII de Braga (Martins 1990). Mais importante se afigura, contudo, a inscrição funerária encontrada na Portela da Penela (Portela das Cabras), dedicada a Quinto Aprônio ou Apio Flavo, que morreu com 75 anos e que era cidadão romano. Este facto, pode indicar a existência no referido local de uma *villa* romana, explorada por alguém que deveria possuir, também, atendendo ao seu estatuto, uma casa na cidade e que

integraria a aristocracia da região (Martins 1996).

Outros locais forneceram vestígios que sugerem, pela sua natureza, outras hipotéticas *villae*. Referimo-nos, concretamente, a Turiz e a Marrancos, onde foram encontrados elementos de arquitectura romana, cuja utilização é comum neste tipo de habitação rural.

Ao olharmos a distribuição dos achados romanos do território de Vila Verde, conhecidos até à data, torna-se evidente que a maior parte deles se concentra no território ocidental do concelho, nas cercanias da via que atravessava a região. Este tipo de dispersão colhe a sua razão de ser no facto da romanização dos territórios integrados no mundo romano seguirem o chamado “princípio do transporte”, constatado noutras áreas do vale do Cávado, atravessadas pelas numerosas vias que saíam de *Bracara Augusta*.

Na verdade, as vias constituíram importantes eixos de romanização do território, sendo através delas que se difundiam produtos e hábitos, mas, também, a nova língua, o latim e as novas formas de expressão arquitectónica e religiosa características da civilização romana. Por sua vez, por facilidade de circulação, terá sido ao longo dessas vias que se estabeleceram as quintas que abasteciam a cidade em produtos alimentares, difundindo o modelo das características *villae* romanas, tendo igualmente sido ao longo das vias que surgiram os *vici*, aglomerados terciários que serviam de apoio à circulação, à passagem dos rios e que desempenharam um importante papel económico, funcionando muitos deles como mercados e centros de produção artesanal.

O território de Vila Verde parece ter um pouco de tudo isto, pois o traçado da via XIX, infelizmente ainda mal investigado, terá constituído um importante elemento difusor de novos tipos de habitat, permitindo a emergência de um vicus em Prado e de várias *villae* nas proximidades da via. No entanto, sabemos que, ao longo dos séculos da ocupação romana da região, as unidades de exploração agropecuária penetram no interior dos territórios anteriormente ocupados pelas comunidades castrejas. Se os nossos conhecimentos não documentam esse processo no território de Vila Verde é certamente porque muito haverá ainda para investigar, sendo, por isso, indispensável proceder a prospecções mais detalhadas.

Bibliografia

- Belino, A. (1909) - Cidades Mortas, *O Arqueólogo Português*, 14, pp. 1-27.
- Bettencourt, A.M. (1991-92) - A mamoa nº 10 do Chão da Cheira (Maciço do Borrelho – Vila Verde), *Cadernos de Arqueologia*, série II, 8-9, Braga, pp. 43-66.
- (1999) - *A Paisagem e o Homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénio a.C.*, Braga (dissertação de doutoramento policopiada).
- (2000a) - *A Idade do Bronze e a Transição para a Idade do Ferro no povoado de S. Julião, Vila Verde (Norte de Portugal)*, *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, nº 10, Braga.
- (2000b) - *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, nº 11, Braga.
- Costa, A.C. (1868-1869) - *Corografia portuguesa e topográfica do Reyno de Portugal*, Braga, 2ª ed.
- Fontes, J. (1916) - La station de S. Julião aux environs de Caldelas, *Bulletin de la Societé Portugaise de Sciences Naturelles*, 7, pp. 198-210
- Freitas, J. (1971) - Citânia de S. Julião de Caldelas, *O Arqueólogo Português*, 3ª série, pp. 133-138
- Leal, P. e Ferreira, A. (1874) - *Portugal antigo e moderno*, Lisboa
- Martins, M. (1985) - A ocupação do Bronze Final da citânia de S. Julião, Vila Verde. Caracterização e cronologia, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (2-4), Porto, pp. 197-240
- (1986) - Duas datas de C14 para a ocupação do Bronze Final de S. Julião, Vila Verde, *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 159-160
- (1988) - *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981 e 1985*, *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, nº 2, Braga
- (1989) - *O castro do Barbudo, Vila Verde. Resultados das campanhas realizadas entre 1983-1985*, *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, nº 3, Braga.
- (1990) - *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cavado*, *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, nº 5, Braga.
- (1995) - Povoamento e Habitat no NO português durante o Iº milénio a.C., *Catálogo da Exposição “De Ulisses a Viriato”*, IPM, Lisboa, pp. 118-133.
- (1996) - A cidade como elemento romanizador: o exemplo de *Bracara Augusta*, in, *A Cidade e o Mundo: Romanización e cambio social* (S. Rebores Morillo e P. López Barja, eds), Xinzo de Limia, pp. 181-202.
- Martins, M. e A. C. Silva (1984) - A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde), *Cadernos de Arqueologia*, série II, 1, pp. 29-47.
- Regalo, H. (1986) - Levantamento arqueológico do concelho de Vila Verde - Notícia Preliminar, *Mínia*, 8, Braga, pp. 70-110.
- Vasconcelos, J. L. (1897; 1905; 1913) - *Religiões da Lusitânia*, I (1897), II (1905); III (1913), Lisboa.
- Vieira, J. A. (1886-1887) - *O Minho Pitoresco*, Lisboa, 2 vols.